

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS – SES/MG



CARGO - ESPECIALISTA EM POLÍTICAS E GESTÃO DA SAÚDE D01 - (ÁREA DE DIREITO) GRADUAÇÃO: DIREITO.



Tipo de Prova
1

Duração da prova: 4h

É obrigatório marcar o tipo de prova no cartão de respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Processo Seletivo Simplificado.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“A amizade é um amor que nunca morre.” (Mario Quintana)

Você recebeu do Fiscal da Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas e o Caderno de Questões. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas está correto. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal da Sala.
- Este Caderno de Questões contém **50 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica, fabricada em material transparente, preferencialmente de tinta preta.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas, devendo assinar a Ata de Fiscalização.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

BOA PROVA!

LINGUA PORTUGUESA

Questão 1

Considere o excerto abaixo:

Em muitos municípios de pequeno porte, relatórios da Atenção Primária em Saúde registram situações que não aparecem em bases estatísticas convencionais. Esses documentos destacam que a compreensão do território depende tanto da escuta sensível quanto da leitura crítica dos dados formais.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto afirma que dados estatísticos são suficientes para captar a complexidade territorial, não havendo necessidade de interação direta com a comunidade.
- (B) O fragmento sugere que a leitura do território envolve elementos subjetivos que complementam, e não substituem, os indicadores tradicionais utilizados pelos serviços de saúde.
- (C) Os relatórios mencionados indicam que a percepção local deve ocorrer por meio de indicadores epidemiológicos e vigilância sistematizada.
- (D) A narrativa apresenta o território como espaço homogêneo, cujos problemas podem ser plenamente compreendidos por planilhas oficiais.
- (E) O texto argumenta que a escuta sensível tende a prejudicar a análise técnica, por introduzir vieses na interpretação dos dados.

Questão 2

Em pareceres técnicos da vigilância sanitária, observa-se que alguns termos são frequentemente empregados para descrever riscos, processos e condições estruturais. Por isso, a redação normativa exige grafias estáveis e atualizadas, conforme o Acordo Ortográfico vigente.

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) Imunossupressão – infraestrutura – superdosagem.
- (B) Imunossupressão – infraestruturado – super-dosagem.
- (C) Imunossupressão – infraestrutura – super-dosagem.
- (D) imuno-supressão – infra-estruturado – super-dosagem.
- (E) imuno-supressão – infraestrutura – superdosagem

Questão 3

Em documentos técnicos da área da saúde, a escolha vocabular precisa evita ambiguidades em protocolos clínicos e epidemiológicos. Considerando a classificação fonológica das palavras, identifique a alternativa que apresenta uma paroxítona com ditongo crescente.

- (A) Atenção.
- (B) Série.
- (C) Precário.
- (D) Cuidado.
- (E) Biópsia.

Questão 4

Considere a seguinte situação:

Em nota técnica recente, uma secretaria de saúde afirmou o seguinte: “Sabendo que a vigilância se articula com a atenção básica e com ações intersetoriais algumas equipes passaram a revisar seus protocolos rapidamente.” O texto recebeu críticas por apresentar pontuação inadequada, comprometendo a clareza da ideia expressa.

Diante disso, assinale a alternativa que apresenta a reescrita correta e adequada às normas de pontuação da língua portuguesa.

- (A) Sabendo que a vigilância se articula com a atenção básica e com ações intersetoriais; algumas equipes passaram a revisar seus protocolos rapidamente.
- (B) Sabendo que a vigilância se articula com a atenção básica e com ações intersetoriais, algumas equipes passaram a revisar seus protocolos rapidamente.
- (C) Sabendo que a vigilância se articula com a atenção básica e com ações intersetoriais: algumas equipes passaram a revisar seus protocolos rapidamente.
- (D) Sabendo que a vigilância se articula com a atenção básica e com ações intersetoriais algumas equipes passaram a revisar seus protocolos, rapidamente.
- (E) Sabendo, que a vigilância se articula com a atenção básica e com ações intersetoriais, algumas equipes passaram a revisar seus protocolos rapidamente.

Questão 5

Em discussões sobre auditoria em saúde, é comum que termos técnicos se confundam com parônimos, gerando equívocos na redação de pareceres. Quando isso ocorre, os sentidos podem ser alterados de forma significativa, comprometendo a clareza do documento.

Assinale a alternativa em que o uso de parônimos (em itálico) está correto.

- (A) A equipe decidiu *instalar* diretrizes para que todas as unidades cumprissem o protocolo.
- (B) O relatório buscou *ratificar* denúncias não comprovadas, reforçando indícios frágeis.
- (C) O gestor orientou que os profissionais *sobressem* a nova política municipal.
- (D) Os avaliadores buscaram *averiguar* inconsistências para *auferir* resultados mais precisos.
- (E) A coordenação pretende *delatar* as metas às equipes da atenção primária.

Questão 6

Considerando as normas cultas de regência verbal e nominal, julgue as frases abaixo.

- I. A equipe de saúde manteve-se favorável a intensificar as ações de busca ativa.
- II. Assisti o filme ontem com muita satisfação à ele.
- III. O médico insistiu para o paciente realizar exames complementares imediatamente.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 7

Em campanhas de orientação à população, a escolha adequada de tempos e modos verbais influencia diretamente a clareza das recomendações. Com base nas normas da gramática normativa, selecione a alternativa em que o emprego verbal está correto e coerente com o contexto hipotético.

- (A) Caso os sintomas agravariam, procure imediatamente a unidade de saúde mais próxima.
- (B) É fundamental que os profissionais interviam rapidamente em situações de surto.
- (C) Se a equipe tivesse identificado o vetor antes, as medidas de contenção teriam sido ampliadas.
- (D) A vigilância recomenda que todos os moradores comparecerão ao ponto de vacinação amanhã.
- (E) O gestor solicitou que a equipe realizava a inspeção ainda naquela manhã.

Questão 8

A redação de protocolos assistenciais deve prezar pela coerência interna entre ideias e pela simetria estrutural entre elementos coordenados.

Identifique a alternativa em que o paralelismo sintático e semântico está plenamente atendido.

- (A) A triagem exige verificar sinais vitais, observar o estado geral e que se registre o histórico clínico.
- (B) O treinamento objetiva aprimorar condutas, padronizar procedimentos e a segurança do paciente.
- (C) A campanha busca informar a população, reduzir comportamentos de risco e ampliar a cobertura vacinal.
- (D) O relatório descreveu falhas no fluxo, dificuldades operacionais e que alguns setores não comunicavam os casos.
- (E) A equipe definiu mapear riscos, visitar indicadores e que novas metas seriam estabelecidas.

Questão 9

Acerca das figuras de linguagem, julgue as frases abaixo.

- I. “Os resultados gritaram que havia subnotificação.” (metonímia).
- II. “A pandemia virou o mundo de cabeça para baixo.” (eufemismo).
- III. “O vírus caminhava silencioso pelas fronteiras.” (personificação).

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) I, apenas.

NOÇÕES DE DIREITO**Questão 10**

Durante a revisão dos protocolos de fiscalização sanitária de um município, a Secretaria de Saúde identificou a necessidade de adotar mecanismos que permitam restringir temporariamente certas atividades privadas (como funcionamento de estabelecimentos, circulação de produtos e realização de eventos) quando houver risco relevante à coletividade. A medida deve ser jurídica e operacionalmente capaz de limitar direitos individuais, impondo condições, autorizações, vistorias e sanções, sempre com fundamento na lei e orientada pela supremacia do interesse público.

Considerando as características dos instrumentos administrativos, qual função da Administração Pública possibilita esse tipo de atuação?

- (A) Poder hierárquico.
(B) Poder disciplinar.
(C) Poder regulamentar.
(D) Poder de polícia.
(E) Poder de autotutela.

Questão 11

O Direito do Trabalho constitui um ramo do ordenamento jurídico destinado a regular as relações individuais e coletivas entre trabalhadores e empregadores, com foco na proteção da dignidade humana, na mitigação das desigualdades estruturais decorrentes da subordinação econômica e na organização das condições de prestação de serviços. Sobre esse assunto, julgue as frases abaixo.

- I. Seu objeto central é disciplinar a relação de emprego, estabelecendo direitos, deveres, garantias e limites para ambas as partes, com vistas à promoção do trabalho digno previsto na Constituição Federal.
- II. O objeto do Direito do Trabalho é simultaneamente normativo e protetivo: normativo porque estrutura um conjunto de regras cogentes sobre jornada, remuneração, descanso, FGTS, férias, segurança e condições ambientais; protetivo porque se orienta pelo princípio do hipossuficiente e pela busca do equilíbrio nas relações laborais.
- III. O Direito do Trabalho se revela um instrumento fundamental para assegurar justiça social, garantir previsibilidade nas relações produtivas e fomentar condições adequadas para o desenvolvimento humano, econômico e institucional.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I, II e III.
(D) II, apenas.
(E) I, apenas.

Questão 12

Durante a elaboração de um projeto para implantação de um centro municipal integrado de dados, a Administração concluiu que não dispõe, internamente, de soluções técnicas suficientemente maduras para definir, de forma precisa, o objeto da contratação. A estrutura pretendida envolve arquitetura tecnológica inovadora, soluções interoperáveis e modelos avançados de segurança da informação, exigindo que potenciais fornecedores apresentem alternativas conceituais antes da formulação das propostas finais.

Considerando as modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, qual procedimento é juridicamente adequado quando a Administração precisa se comunicar com licitantes previamente selecionados para construir, em conjunto, soluções capazes de atender às necessidades públicas?

- (A) Concurso.
- (B) Leilão.
- (C) Pregão.
- (D) Diálogo competitivo.
- (E) Credenciamento.

Questão 13

De acordo com o Decreto nº 47.528/18, para fins de prevenção à prática de assédio moral, terão prioridade as seguintes ações, sem prejuízo de outras que venham a ser desenvolvidas nas unidades setoriais de recursos humanos dos órgãos e das entidades do Poder Executivo, **EXCETO**:

- (A) promover o acolhimento dos reclamantes e prestar orientações ao reclamante e ao reclamado.
- (B) difundir e implementar medidas preventivas à prática do assédio moral no respectivo órgão ou entidade e incentivar a conciliação entre as partes envolvidas.
- (C) realizar cursos de capacitação em conciliação para os agentes públicos que atuam nas unidades setoriais de recursos humanos e para os representantes de entidades sindicais ou associativas, visando à difusão da cultura do diálogo na administração pública.
- (D) efetuar contínuo processo educacional de prevenção à prática de assédio moral por meio da promoção de debates e palestras, produção de cartilhas e material gráfico informativo, videoconferência e fóruns.
- (E) desenvolver ações de monitoramento contínuo para identificar padrões de produtividade, atrasos e desempenho individual dos servidores, utilizando esses dados para subsidiar intervenções administrativas quando houver risco de conflitos interpessoais.

Questão 14

Durante auditoria interna em um órgão da Administração Pública estadual, identificou-se que um servidor, ainda no exercício do cargo, passou a prestar consultoria técnica para uma empresa privada cuja atividade é fiscalizada pelo próprio órgão onde ele exerce poder decisório. Além disso, constatou-se que, embora não tenha havido ganho financeiro direto, o servidor utilizou informações não publicizadas para orientar decisões dessa empresa.

À luz do Decreto nº 48.417/2022, qual interpretação se mostra juridicamente correta sobre a situação descrita?

- (A) A conduta não caracteriza conflito de interesses, pois não houve lesão ao patrimônio público nem benefício pessoal comprovado.
- (B) Há conflito de interesses apenas após a saída do cargo, não se aplicando restrições durante o exercício da função.
- (C) As condutas configuram conflito de interesses por envolver atividade incompatível com o cargo e uso de informação privilegiada, independentemente de vantagem obtida.
- (D) A situação caracteriza apenas infração disciplinar genérica, mas não conflito de interesses, por ausência de ato formal de gestão que beneficie terceiros.
- (E) O conflito de interesses depende de autorização prévia da comissão de ética, que, inexistindo, impede a caracterização da irregularidade.

Questão 15

Em auditoria realizada em uma autarquia estadual, constatou-se que determinado ato administrativo exigia, para sua plena formação, a manifestação sucessiva de dois órgãos distintos: um responsável pela decisão técnica e outro pela aprovação formal, sem que cada manifestação, isoladamente, produzisse efeitos jurídicos definitivos. Além disso, verificou-se que esse ato possuía destinatário determinado, instaurando situação jurídica nova e individualizada para o interessado.

À luz da teoria dos atos administrativos, qual classificação descreve corretamente a natureza desse ato em seus diferentes aspectos?

- (A) Ato geral, declaratório e simples.
- (B) Ato individual, constitutivo e composto.
- (C) Ato normativo, extintivo e complexo.
- (D) Ato ordinatório, negocial e simples.
- (E) Ato sancionatório, declaratório e composto.

Questão 16

De acordo com a Lei Estadual nº 23.750/20, a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público pode ser efetuada nos seguintes casos, **EXCETO**:

- (A) assistência a situações de calamidade pública declaradas pela autoridade competente.
- (B) assistência a emergências em saúde pública declaradas pela autoridade competente.
- (C) assistência a emergências ambientais declaradas pela autoridade competente.
- (D) realização de recenseamentos.
- (E) para suprir necessidade de substituição de servidores efetivos nas hipóteses em que não ocorra a vacância do cargo por eles ocupado, ainda que o serviço por eles executado possa ser exercido regularmente com a força de trabalho remanescente.

Questão 17

Durante a revisão de processos disciplinares na administração estadual, uma servidora anteriormente demitida obteve sentença judicial transitada em julgado reconhecendo a nulidade de sua penalidade. A unidade de gestão de pessoas deve aplicar o instituto previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais, assegurando seu retorno ao quadro e resguardando todas as consequências legais decorrentes do afastamento.

Nessa situação, a medida que a administração deve adotar, segundo a Lei nº 869/1952, seria a de:

- (A) reintegração.
- (B) recondução.
- (C) reversão.
- (D) aproveitamento.
- (E) readaptação.

Questão 18

Durante o processo de implementação de mecanismos de integridade em um órgão da Administração Pública direta em Minas Gerais, a equipe responsável precisou identificar corretamente os elementos obrigatórios que devem compor um programa de integridade, conforme estabelecido pela Política Mineira de Promoção da Integridade.

Considerando o disposto no Decreto nº 48.419/2022, qual dos itens a seguir constitui elemento essencial da estrutura dos programas de integridade?

- (A) Manual de auditoria externa elaborado exclusivamente por entidade privada independente.
- (B) Plano de comunicação e de capacitação dos agentes públicos e parceiros institucionais.
- (C) Relatório anual de incentivos fiscais destinado ao setor privado.
- (D) Comitê de controle social formado exclusivamente por representantes externos à administração.
- (E) Plano de metas individuais para agentes públicos vinculado à avaliação de desempenho.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA - GERAL

Questão 19

A organização e o gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas constituem um conjunto de princípios, métodos e práticas essenciais para garantir eficiência operacional, integridade dos dados e escalabilidade nos ambientes computacionais contemporâneos. Sobre esse assunto, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() Em ambientes corporativos, educacionais ou governamentais, a forma como as informações são estruturadas determina diretamente a capacidade de recuperar conteúdos com precisão, reduzir redundâncias, manter rastreabilidade e assegurar a conformidade com normas legais e operacionais.

() O gerenciamento de informações costuma concentrar-se principalmente na manutenção cotidiana dos arquivos já existentes, priorizando a permanência do conteúdo exatamente como foi criado. Em geral, não há necessidade de acompanhar diferentes versões, pois entende-se que a atualização contínua pode gerar inconsistências; por isso, muitas estruturas optam por manter um único estado do documento, evitando revisões sucessivas.

() A organização lógica desses arquivos depende da utilização de pastas (diretórios hierárquicos que agrupam elementos semelhantes por critérios funcionais, temáticos ou cronológicos). Essa hierarquia, quando bem planejada, previne duplicidades, facilita auditorias e otimiza o desempenho de sistemas de busca interna.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 20

Leia o excerto abaixo:

O _____ é uma praga virtual autorreplicante que, diferentemente do vírus, não necessita de um arquivo hospedeiro para se propagar. Ele explora vulnerabilidades de rede, serviços expostos, protocolos ou falhas de configuração para se deslocar automaticamente entre máquinas, frequentemente sem qualquer intervenção do usuário.

Preencha a lacuna acima e assinale a alternativa correta.

- (A) rootkit
- (B) trojan
- (C) bot
- (D) backdoor
- (E) worm

Questão 21

Durante a modernização da infraestrutura digital de uma Secretaria de Saúde, a equipe deve escolher o protocolo de transporte adequado para interligar servidores de prontuário eletrônico, sistemas de regulação, unidades básicas de saúde e o data center central. O novo ambiente exige comunicação capaz de garantir entrega confiável entre sistemas, manutenção da ordem dos dados clínicos transmitidos, controle de fluxo para evitar sobrecarga em unidades com link limitado e mecanismos robustos de retransmissão em caso de perda, pois qualquer inconsistência pode comprometer decisões assistenciais.

Considerando as propriedades dos protocolos de transporte, qual deles atende integralmente esses requisitos?

- (A) TCP.
- (B) UDP.
- (C) DCCP.
- (D) RTP.
- (E) SCTP.

SUS/MG - GERAL

Questão 22

A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo. Acerca desse assunto e considerando a Lei nº 8.080/1990, julgue as frases abaixo.

- I. Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), poderão ser exercidas tanto em regime de tempo parcial quanto integral.
- II. Os serviços públicos que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) constituem campo de prática para ensino e pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional.
- III. Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) I, apenas.

Questão 23

A Lei nº 12.466/2011 alterou a Lei nº 8.080/1990 ao reconhecer institucionalmente as Comissões Intergestores e os Conselhos que representam gestores estaduais e municipais.

Considerando o disposto na referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite passam a atuar como órgãos consultivos, sem competência decisória sobre aspectos administrativos, financeiros ou operacionais.
- (B) O Conass e o Conasems tornam-se órgãos integrantes da administração pública indireta, submetidos à supervisão hierárquica do Ministério da Saúde, com autonomia limitada aos seus estatutos.
- (C) Os Cosems são reconhecidos como entidades representativas municipais somente quando integrados às Comissões Tripartite, não sendo necessária vinculação institucional ao Conasems.
- (D) A Lei reconhece as Comissões Intergestores como foros de negociação e pactuação, responsáveis pela definição de diretrizes nacionais, regionais e intermunicipais relacionadas à organização das redes de ações e serviços de saúde.
- (E) O Conasems passa a ter competência para fixar diretrizes sobre regiões de saúde e integração de territórios, substituindo a atuação das Comissões Intergestores nos processos de pactuação interfederativa.

Questão 24

O SUS estabeleceu uma Política Nacional de Medicamentos desde 1998, ampliando a assistência farmacêutica, mediante a utilização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), produção de genéricos, farmácia popular e a garantia de terapias de alto custo, baseada em protocolos clínicos. Sobre esse assunto, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() A assistência farmacêutica abrange todas as etapas do abastecimento de medicamentos, do atendimento ambulatorial/hospitalar ao fornecimento dos remédios para tratamento prescrito pelo médico responsável.

() Os medicamentos básicos são adquiridos pelas secretarias estaduais e municipais de Saúde, dependendo do pacto feito na região.

() Os medicamentos excepcionais (aqueles considerados de alto custo ou para tratamento continuado, como para pós-transplantados, síndromes e insuficiência renal crônica), por sua vez, são comprados pelas secretarias de Saúde, e o ressarcimento a elas é feito mediante a comprovação de entrega ao paciente.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 25

O Decreto que regulamenta a Lei nº 8.080/1990 redefine a organização interfederativa do SUS, estabelecendo novos instrumentos de pactuação e parâmetros territoriais para a oferta de ações e serviços de saúde.

À luz do Decreto nº 7.508/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) As Regiões de Saúde só podem ser instituídas por iniciativa do Estado, sendo vedada qualquer forma de organização interestadual, ainda que os municípios sejam limítrofes.
- (B) O Mapa da Saúde corresponde ao registro de equipamentos de saúde existentes no SUS, não contemplando informações relativas à iniciativa privada.
- (C) O Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde possui caráter consultivo, não vinculando os entes federativos às metas, às responsabilidades e aos indicadores pactuados.
- (D) As Portas de Entrada do SUS abrangem a atenção primária, a urgência e emergência, a atenção psicossocial e os serviços especiais de acesso aberto, podendo ser ampliadas mediante justificativa técnica pactuada nas Comissões Intergestores.
- (E) As Redes de Atenção à Saúde devem necessariamente restringir-se ao território de uma única Região de Saúde, sendo vedada a conformação interestadual, independentemente do fluxo assistencial.

Questão 26

As ações e serviços de saúde executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente. Acerca desse assunto e considerando a Lei nº 8.080/1990, julgue as frases abaixo.

- I. O Conass e o Conasems receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União.
- II. Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) têm atuação limitada a atividades internas de apoio técnico e administrativo, sem exercer papel formal de representação dos municípios nem participar de negociações estaduais sobre políticas de saúde, independentemente de qualquer relação com o Conasems.
- III. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) são reconhecidos como entidades representativas dos entes estaduais e municipais para tratar de matérias referentes à saúde e declarados de utilidade pública e de relevante função social, na forma do regulamento.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) II, apenas.
(E) I, apenas.

Questão 27

A Lei nº 12.401/2011 redefiniu parâmetros essenciais da assistência terapêutica no SUS, especialmente ao estruturar critérios técnicos e administrativos para a dispensação de medicamentos, a elaboração de protocolos clínicos e a incorporação de tecnologias em saúde.

À luz dessa legislação, é correto afirmar que:

- (A) a assistência terapêutica integral inclui a oferta de procedimentos terapêuticos em regime domiciliar, ambulatorial e hospitalar, constantes das tabelas do gestor federal, realizados no território nacional por serviços próprios, conveniados ou contratados.
- (B) na ausência de protocolo clínico, a responsabilidade pelo fornecimento de medicamentos será federal, não havendo pactuação com estados ou municípios.
- (C) a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS deve considerar evidências científicas apenas sobre eficácia e segurança, sendo dispensada a avaliação econômica comparativa.
- (D) o SUS poderá ressarcir procedimentos experimentais desde que haja parecer favorável do Ministério da Saúde e demanda judicial devidamente fundamentada.
- (E) a dispensação de medicamentos sem registro na ANVISA poderá ocorrer apenas em situações emergenciais, desde que autorizada pela Comissão Intergestores Tripartite e pelo gestor estadual.

Questão 28

O Decreto nº 7.508/2011 reorganiza o SUS com base na lógica da regionalização e da pactuação interfederativa, estabelecendo instrumentos operacionais que articulam planejamento, responsabilidade sanitária e integração de serviços.

Considerando esse marco normativo, analise as proposições abaixo e identifique a alternativa correta.

- (A) Serviços Especiais de Acesso Aberto são considerados uma extensão da atenção primária, devendo atuar como primeiro ponto de escuta do usuário, independentemente do tipo de agravo.
- (B) As Regiões de Saúde só podem ser instituídas quando houver pactuação prévia do COAP, visto que ambos os instrumentos possuem caráter constitutivo e dependente entre si.
- (C) O Mapa da Saúde inclui apenas informações referentes à capacidade instalada do SUS, sendo vedada a incorporação de dados da iniciativa privada para fins de planejamento regional.
- (D) O Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde define responsabilidades assistenciais, mas não incorpora critérios de avaliação de desempenho, uma vez que estes são estipulados exclusivamente pela Comissão Intergestores Tripartite.
- (E) A definição das Portas de Entrada no SUS abrange serviços responsáveis pelo atendimento inicial do usuário, mas não impede que serviços especializados integrem esse papel em circunstâncias específicas.

Questão 29

Leia o excerto abaixo:

“A _____ foi incorporada como princípio do SUS a partir de normas operacionais e pode ser coerente com a diretriz do uso da epidemiologia no planejamento, conforme estabelece a lei n. 8.080/90. Entretanto, ao ser assumida pelo discurso de organismos internacionais como oposição à universalidade, ou como etapa para alcançar esta última, tende a representar uma justificativa para a implantação de programas focalizados apenas nos pobres (SUS para pobres). O PSF expressa essas contradições, pois tem ampliado o acesso à atenção básica e deveria reorientar os encaminhamentos para os demais pontos da rede, racionalizando o consumo de serviços e ganhando em escala. Entretanto, em cidades com mais de cem mil habitantes, onde apresenta baixa cobertura e se concentra nos bolsões de pobreza, termina por reproduzir, concretamente, em nome da _____, o inverso da universalidade, ou seja, a focalização.” Fonte: E-book interativo O que é o SUS – FIOCRUZ (2015, p. 82)

Preencha as lacunas acima e assinale a alternativa correta.

- (A) sociabilidade
- (B) equidade
- (C) autonomia
- (D) liberdade
- (E) cooperação

Questão 30

O orçamento da seguridade social destinará ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a receita estimada, os recursos necessários à realização de suas finalidades, previstos em proposta elaborada pela sua direção nacional, com a participação dos órgãos da Previdência Social e da Assistência Social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nesse sentido, de acordo com a Lei nº 8.080/1990, **NÃO** é considerado de outra fonte o recurso proveniente de(o):

- (A) Tesouro Nacional, destinado ao custeio administrativo geral.
- (B) Ajuda, contribuições, doações e donativos.
- (C) Alienações patrimoniais e rendimentos de capital.
- (D) Taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (E) Rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

O crédito público constitui um dos instrumentos centrais de gestão fiscal do Estado contemporâneo, permitindo a obtenção de recursos financeiros para suprir necessidades de financiamento que não podem ser atendidas de imediato pela arrecadação tributária ou por outras receitas correntes. Acerca desse assunto, julgue as frases abaixo.

- I. Quanto à origem, o crédito divide-se em interno e externo. O crédito interno decorre de operações realizadas no território nacional, seja por meio da emissão de títulos públicos adquiridos pelo mercado financeiro doméstico, seja por empréstimos contratados junto a instituições nacionais. Já o crédito externo envolve captação de recursos no mercado internacional, podendo ocorrer junto a organismos multilaterais, agências governamentais estrangeiras ou investidores privados externos.
- II. Sob a ótica da forma de obtenção, o crédito público classifica-se em emissão de títulos da dívida e operações de crédito. A emissão de títulos representa a modalidade mais utilizada, na qual o Estado oferece papéis negociáveis no mercado financeiro que prometem pagamento futuro de juros e principal. As operações de crédito, por sua vez, englobam contratos de empréstimo, financiamentos, arrendamentos mercantis e outras formas de endividamento que não envolvem títulos negociáveis.
- III. Do ponto de vista da finalidade, é possível distinguir o crédito de caráter substitutivo e o de caráter não substitutivo. O crédito substitutivo é destinado a investimentos que ampliam a capacidade econômica ou geram receita futura, como obras de infraestrutura, modernização administrativa e projetos estruturantes. O crédito não substitutivo, embora legítimo, financia despesas que não necessariamente produzem retorno econômico direto, como cobertura de déficits orçamentários ou pagamento de restos a pagar, sendo mais sensível no âmbito da responsabilidade fiscal.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 32

O orçamento público é um instrumento fundamental de planejamento e gestão governamental, expressando em termos financeiros o plano de atuação do Estado para um determinado exercício. Sobre esse assunto, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() A natureza jurídica do orçamento público é majoritariamente a de um ato administrativo formalizado por meio de lei. Embora se apresente sob forma legislativa e dependa de aprovação parlamentar, não possui conteúdo normativo típico das leis em sentido material, pois não institui direitos subjetivos nem cria obrigações permanentes. Trata-se, fundamentalmente, de uma autorização conferida ao Executivo para proceder à arrecadação das receitas e à execução das despesas previstas, integrando o ciclo orçamentário como etapa indispensável e vinculante da gestão financeira estatal.

() A elaboração e a execução do orçamento são regidas por princípios orçamentários que asseguram racionalidade, transparência, controle social e responsabilidade fiscal. Entre esses princípios, destaca-se o da unidade, segundo o qual todas as receitas e despesas de um ente devem constar em um único documento orçamentário, permitindo visão integrada da ação governamental.

() A lei orçamentária distingue-se das leis ordinárias por seu caráter político-administrativo, por sua temporalidade anual e pela ausência de normatividade autônoma, devendo obedecer aos planos plurianuais e às diretrizes previamente aprovadas.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 33

As empresas estatais constituem entidades integrantes da Administração Pública Indireta que exercem atividades econômicas ou prestam serviços públicos, possuindo personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Sua criação está condicionada à autorização legal específica, conforme o art. 37, XIX, da Constituição Federal, e devem obedecer aos princípios da administração pública, inclusive aqueles previstos no art. 173, §1º, que regulam a atuação do Estado no domínio econômico. Dentro desse conjunto, destacam-se duas espécies centrais: empresas públicas e sociedades de economia mista, ambas reguladas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), bem como pelo regime jurídico próprio aplicável às pessoas jurídicas privadas, observadas adaptações decorrentes do interesse público.

A empresa pública caracteriza-se por:

- (A) possuir capital exclusivamente público e poder adotar qualquer forma jurídica admitida em direito, integrando a Administração Indireta como pessoa jurídica de direito privado destinada à exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos.
- (B) ter capital majoritariamente público, organização obrigatória como sociedade anônima e permitir participação privada deliberativa em seu conselho de administração.
- (C) exigir composição de capital híbrido, com ações ordinárias e preferenciais distribuídas entre o Estado e particulares, e atuar exclusivamente na prestação de serviços públicos essenciais.
- (D) ser organizada unicamente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, com obrigatoriedade de negociação de ações em bolsa de valores.
- (E) configurar entidade com personalidade jurídica de direito público, submetida integralmente ao regime jurídico administrativo, inclusive quanto ao regime de pessoal estatutário.

Questão 34

Durante uma auditoria interna, a equipe de controle avaliou que determinado órgão apresentou inconsistências na execução orçamentária, especialmente no registro de despesas relacionadas à manutenção de veículos oficiais, aquisição de computadores e pagamento de consultorias especializadas. O relatório indica que o erro decorre da classificação inadequada da despesa quanto à sua natureza, ocasionando distorções na análise fiscal e no cumprimento das normas da Lei Complementar nº 101/2000.

Considerando o conceito de despesa pública e suas classificações previstas na Lei nº 4.320/1964 e nos manuais de orçamento público, qual das opções abaixo descreve correta e tecnicamente a classificação por natureza da despesa?

- (A) É estruturada em funções e subfunções, visando identificar o setor governamental responsável pela execução administrativa da despesa.
- (B) Organiza os gastos por programas, metas e ações, favorecendo o alinhamento entre planejamento plurianual e orçamento anual.
- (C) Tem como finalidade identificar o órgão e a unidade orçamentária responsável pela autorização e execução da despesa.
- (D) Estrutura-se em categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação e elemento de despesa, descrevendo o objeto do gasto e se ele é corrente ou de capital.
- (E) Agrupa gastos segundo a classificação institucional, permitindo distinguir despesas de custeio e despesas de investimento conforme sua finalidade administrativa geral.

Questão 35

Durante o planejamento de uma licitação para aquisição de equipamentos especializados, uma Secretaria Municipal identificou que a descrição técnica do objeto não seria suficiente para garantir a precisão do fornecimento. A área técnica sugeriu, então, a indicação de marca ou modelo específico no edital, argumentando que esta seria a forma mais adequada de assegurar a correta compreensão do objeto e a compatibilidade com a infraestrutura já existente.

Considerando as hipóteses legais que permitem essa indicação excepcional de marca, conforme a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta situação compatível com a legislação.

- (A) A indicação de marca é autorizada para facilitar o julgamento das propostas, sempre que a Administração desejar uniformizar fornecedores mediante preferência administrativa previamente estabelecida.
- (B) A indicação de marca é admitida somente quando houver fabricante exclusivo nacional, independentemente de justificativa técnica ou de comparação com outras soluções existentes no mercado.
- (C) A indicação de marca é permitida quando a Administração comprovar que determinada referência facilita a descrição do objeto, sem restringir a competição, servindo apenas como base técnica para compreensão do que será adquirido.
- (D) A indicação de marca é obrigatória sempre que a Administração pretender adquirir bens duráveis, por se tratar de bens sujeitos a controle de qualidade específico pelo órgão de fiscalização.
- (E) A indicação de marca é vedada em qualquer hipótese, pois representa violação ao princípio da isonomia e restringe a competitividade do certame, salvo quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Contas.

Questão 36

Em um contrato administrativo de fornecimento contínuo para uma Secretaria de Saúde, a contratada solicita reequilíbrio econômico-financeiro após forte variação de mercado vinculada a um evento superveniente e imprevisível. No parecer técnico, o gestor reforça que o objetivo do reequilíbrio não é ampliar margem de lucro nem modificar a natureza da contratação, mas proteger o núcleo jurídico, elemento indispensável para a estabilidade das relações contratuais em direito público.

Considerando a legislação e a doutrina administrativa, qual é o elemento que deve ser preservado?

- (A) Parâmetros operacionais estabelecidos na fase interna do planejamento.
- (B) Balizas financeiras posteriores à atualização monetária.
- (C) Limites de responsabilidade imputáveis somente ao contratado.
- (D) Condições originais da avença.
- (E) Expectativas econômicas futuras da Administração contratante.

Questão 37

No contexto jurídico-administrativo brasileiro, o Terceiro Setor abrange um conjunto de entidades privadas que desempenham funções de interesse público, estabelecendo diferentes formas de cooperação com o Estado.

Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os entes paraestatais e os serviços sociais autônomos integram a Administração Pública indireta, subordinando-se hierarquicamente aos ministérios aos quais estão vinculados.
- (B) As organizações sociais são entidades públicas que dependem de lei específica para serem criadas e só podem atuar em atividades exclusivas do Estado, desde que supervisionadas por um órgão regulador federal.
- (C) O Terceiro Setor caracteriza-se por englobar apenas entidades filantrópicas religiosas, excluindo instituições privadas sem fins lucrativos voltadas à educação, à saúde e à assistência social.
- (D) O contrato de gestão celebrado com organizações sociais é instrumento típico de concessão pública, transferindo à entidade parceira a titularidade do serviço e o patrimônio correspondente.
- (E) Os serviços sociais autônomos, como SESC e SENAI, são entidades privadas criadas por lei, financiadas por contribuições parafiscais, e executam atividades de interesse coletivo sem integrar a estrutura administrativa estatal.

Questão 38

Considerando o Decreto Federal nº 6.017/07, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() Os consórcios públicos deverão observar integralmente as normas de direito público relativas à realização de licitações, celebração de contratos, admissão de pessoal e prestação de contas, exceto quando constituídos sob personalidade jurídica de direito privado.

() Os consórcios públicos poderão ter um ou mais objetivos e os entes consorciados poderão se consorciar em relação a todos ou apenas a parcela deles.

() A constituição de consórcio público dependerá da prévia celebração de protocolo de intenções subscrito pelos representantes legais dos entes da Federação interessados.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F
- (B) F – V – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 39

A Lei nº 9.637/1998 instituiu o modelo jurídico das organizações sociais com o objetivo de fomentar novas formas de parceria entre o Estado e entidades privadas sem fins lucrativos para execução de atividades de interesse público, especialmente nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, cultura, saúde e meio ambiente.

Considerando as disposições normativas da Lei nº 9.637/1998, bem como a estrutura de funcionamento das organizações sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) A qualificação da entidade como organização social ocorre mediante ato do Congresso Nacional e exige que a composição do conselho de administração seja formada exclusivamente por membros da sociedade civil, vedada a participação de representantes estatais para não comprometer a autonomia administrativa.
- (B) O contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social transfere a titularidade da atividade pública executada e o patrimônio público afetado ao serviço, exigindo apenas homologação da autoridade supervisora, independentemente de aprovação pelo conselho de administração da entidade.
- (C) Entre os requisitos específicos para qualificação, a Lei determina que a entidade comprove previsão estatutária de natureza lucrativa, devendo reinvestir apenas parcela de seus excedentes financeiros em suas atividades finalísticas, desde que autorizada pelo conselho fiscal.
- (D) O processo de qualificação exige que o estatuto da entidade preveja órgão colegiado superior composto por representantes do Poder Público e membros da comunidade de notória capacidade profissional, além da obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
- (E) A execução do contrato de gestão é fiscalizada exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União, que exerce controle direto e permanente sobre as atividades internas da organização social, estando dispensada a análise periódica por comissão de avaliação indicada pela autoridade supervisora.

Questão 40

A Lei nº 9.790/1999, alterada pela Lei nº 13.019/2014, estabelece o regime jurídico para qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esse modelo normativo busca fomentar vínculos de cooperação entre o Estado e entidades privadas sem fins lucrativos, condicionando a qualificação ao cumprimento de requisitos rigorosos, à comprovação de finalidade pública e à adoção de práticas de transparência, governança e responsabilidade social.

Considerando as disposições constantes dos arts. 1º a 4º da Lei nº 9.790/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) A qualificação como OSCIP exige que a entidade esteja constituída há pelo menos cinco anos e que seu estatuto preveja obrigatoriamente a gratuidade de todos os serviços prestados, sendo vedada a remuneração de dirigentes ou prestadores que exerçam funções executivas.
- (B) A outorga da qualificação como OSCIP é ato discricionário do Ministério da Justiça, que poderá indeferir pedidos mesmo diante do cumprimento integral dos requisitos legais, desde que identifique conveniência administrativa.
- (C) São passíveis de qualificação como OSCIP instituições religiosas e organizações partidárias, desde que executem diretamente um dos objetos sociais previstos no art. 3º, demonstrando finalidade pública e ausência de finalidade lucrativa.
- (D) Podem qualificar-se como OSCIP apenas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, que comprovem não distribuir excedentes operacionais a dirigentes, associados ou terceiros e que atendam aos requisitos estatutários relativos a governança, transparência e destinação do patrimônio previstos na Lei.
- (E) As cooperativas e as fundações públicas podem obter qualificação como OSCIP desde que cumpram os requisitos formais dos arts. 3º e 4º, não havendo vedação legal expressa à natureza jurídica dessas entidades para fins de qualificação.

Questão 41

O Decreto nº 47.045/2016 disciplina a viagem a serviço e a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, estabelecendo regras sobre hipóteses de pagamento, limitações, procedimentos administrativos e utilização obrigatória do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).

Considerando as disposições do Decreto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento das diárias pode ser realizado com até quinze dias de antecedência do início da viagem, desde que haja justificativa e autorização da autoridade competente, para garantir previsibilidade orçamentária e continuidade do serviço administrativo.
- (B) A diária é devida ao servidor sempre que houver deslocamento para outra localidade, independentemente da duração da viagem, salvo quando houver fornecimento de alimentação pela Administração Pública, caso em que será paga apenas metade do valor.
- (C) O decreto dispensa o uso do SCDP para todos os órgãos militares e civis vinculados ao Poder Executivo, que poderão utilizar sistemas próprios para concessão de diárias e passagens, desde que previamente autorizados pela Seplag.
- (D) A sede do município e seus distritos são considerados a mesma localidade para fins de concessão de diária; assim, o servidor que se deslocar de um distrito para outro dentro do mesmo município fará jus ao recebimento da diária integral, desde que comprove o pernoite.
- (E) É vedado o pagamento de diária quando o deslocamento tiver duração inferior a seis horas, quando o servidor se deslocar para o município onde reside ou quando forem fornecidas hospedagem e alimentação pela Administração Pública ou por entidade promotora do evento.

Questão 42

A Lei nº 14.184/2002 estabelece normas gerais para o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais, estruturando garantias aos administrados, deveres, princípios, critérios de interpretação, direitos processuais e regras de instrução, comunicação e decisão.

Considerando as disposições dessa Lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de resposta do interessado à intimação configura presunção de veracidade dos fatos alegados pela Administração, permitindo decisão automática contra ele, independentemente de instrução complementar.
- (B) A Administração deve recusar requerimento inicial que não contenha todos os elementos formais exigidos pela Lei, cabendo ao interessado reapresentá-lo completo, não havendo dever do servidor de orientar sobre eventuais falhas.
- (C) A Administração Pública deve interpretar a norma administrativa de forma a garantir o atendimento ao fim público, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, ampla defesa, contraditório e transparência.
- (D) O interessado tem direito de ser assistido obrigatoriamente por advogado em todas as fases do processo administrativo, exceto quando se tratar de processo disciplinar instaurado contra servidor estável.
- (E) O reconhecimento de firma é exigido em todos os documentos juntados ao processo administrativo, salvo quando a autoridade expressamente dispensar essa formalidade, devido ao princípio da veracidade documental.

Questão 43

O Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual de Minas Gerais estabelece princípios, valores, deveres e vedações destinados a orientar a conduta dos agentes públicos estaduais em suas relações funcionais, internas e externas.

Considerando as normas constantes dos arts. 1º a 12 do Código, assinale a alternativa correta.

- (A) O Código de Ética aplica-se apenas aos servidores efetivos e comissionados da Administração Direta, excluindo colaboradores eventuais, agentes políticos e integrantes da Alta Administração, salvo quando houver previsão específica em lei complementar.
- (B) A moralidade administrativa prevista no Código significa apenas a conformidade do comportamento do agente público com os padrões legais, dispensando a observância de princípios como boa-fé, decoro, lealdade institucional e fidelidade ao interesse público.
- (C) É dever ético do agente público resistir a pressões de superiores hierárquicos ou de interessados que pretendam obter favores ou vantagens ilegais, devendo comunicar tais práticas aos superiores e negar-se a atendê-las.
- (D) O agente público está autorizado a aceitar presentes simbólicos, doações ou vantagens de qualquer natureza sempre que o valor for baixo ou quando constituírem mera cortesia institucional, desde que não haja comprovação de benefício esperado pela parte ofertante.
- (E) O Código equipara-se a estatutos disciplinares e suas normas substituem as previstas na legislação funcional, de modo que condutas descritas no Código de Ética afastam a aplicação de sanções previstas em outros estatutos administrativos.

Questão 44

Os consórcios públicos constituem uma forma institucionalizada de cooperação federativa voltada ao exercício conjunto de competências administrativas, à execução compartilhada de políticas públicas e à racionalização do gasto, conforme disciplinado pela Lei 11.107/2005 e regulamentado pelo Decreto 6.017/2007. Sobre a chamada “administração indireta”, julgue as sentenças abaixo como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

() As agências reguladoras representam a forma clássica de descentralização administrativa, sendo pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para executar atividades típicas do Estado, como regulação profissional, fiscalização ou gestão de políticas setoriais. Caracterizam-se por patrimônio compartilhado com o poder público, capacidade de autoadministração, prerrogativas de direito público e funcionários, em sua maioria, celetistas.

() As autarquias, criadas a partir da Reforma Gerencial dos anos 1990, apresentam sua independência decisória reforçada por mandatos fixos de dirigentes, autonomia orçamentária e capacidade normativa técnica, o que lhes permite exercer funções regulatórias, fiscalizatórias e sancionatórias com estabilidade institucional.

() As fundações públicas representam um modelo híbrido da Administração Indireta, podendo assumir personalidade jurídica de direito público ou privado, conforme a lei instituidora. São criadas para desempenhar atividades de utilidade pública de natureza predominantemente social, científica ou cultural, atuando em áreas como pesquisa, saúde, cultura e educação.

A sequência correta é:

- (A) V – V – F
- (B) F – F – V
- (C) V – V – V
- (D) V – F – V
- (E) V – F – F

Questão 45

Os consórcios públicos constituem instrumentos de cooperação federativa voltados à gestão associada de serviços, execução de políticas públicas e otimização de recursos entre entes da Federação, conforme disciplinado pela Lei 11.107/2005 e regulamentado pelo Decreto 6.017/2007. A formação de um consórcio pressupõe a celebração de um protocolo de intenções, que, após ratificação legislativa, converte-se no contrato de consórcio público, atribuindo personalidade jurídica à entidade interfederativa. Essa estrutura permite que municípios, estados e a União desenvolvam ações conjuntas em saúde, saneamento, educação, infraestrutura e outras áreas de interesse comum, superando limitações de escala, capacidade administrativa e custos operacionais.

No âmbito da execução orçamentária e financeira dos consórcios públicos, destacam-se dois instrumentos essenciais, sendo eles:

- (A) contrato de rateio e contrato de programa.
- (B) termo de parceria e plano de trabalho.
- (C) protocolo administrativo e convênio de gestão.
- (D) ajuste de cooperação e contrato de delegação.
- (E) convênio de associação e plano estratégico.

Questão 46

A Constituição Federal estabelece um sistema de controle de constitucionalidade caracterizado pela combinação entre técnicas difusas e concentradas, envolvendo órgãos dotados de competência para afastar normas incompatíveis com o texto constitucional.

Considerando esse sistema, assinale a alternativa correta.

- (A) No controle difuso, a decisão do Supremo Tribunal Federal que declara a inconstitucionalidade de uma lei produz efeitos vinculantes imediatos para toda a Administração Pública, independentemente de deliberação do Senado Federal.
- (B) O controle concentrado é exercido exclusivamente mediante ações propostas pelo Presidente da República, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.
- (C) A atuação do Senado Federal, ao suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF no controle difuso, tem natureza discricionária, podendo inclusive alterar o conteúdo da decisão judicial ao editar resolução.
- (D) No controle abstrato, as decisões do STF possuem efeitos vinculantes e eficácia *erga omnes*, alcançando os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública direta e indireta, em todas as esferas.
- (E) A ação declaratória de constitucionalidade tem por finalidade provocar o STF a analisar a compatibilidade de ato normativo federal ou estadual com a Constituição, sempre mediante demonstração de controvérsia de ordem fática.

Questão 47

No campo das relações entre Estado e setor privado, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), disciplinadas pela Lei 11.079/2004, representam uma modalidade contratual destinada à implantação e gestão de empreendimentos públicos ou serviços de infraestrutura cuja complexidade técnica, necessidade de investimento inicial elevado ou risco operacional exige a participação direta da iniciativa privada.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As PPPs podem adotar a forma de concessão patrocinada, quando há tarifa cobrada dos usuários somada à contraprestação pecuniária paga pela Administração Pública à concessionária.
- (B) As PPPs podem assumir a modalidade de concessão administrativa, hipótese em que não há cobrança de tarifa dos usuários e a remuneração da concessionária é integralmente custeada pelo parceiro público.
- (C) Os contratos de PPP devem observar prazo mínimo de 5 anos e máximo de 35 anos, incluindo eventuais prorrogações, conforme parâmetros fixados na Lei 11.079/2004.
- (D) A celebração de contrato de PPP exige a demonstração de vantajosidade em relação às contratações tradicionais, bem como a elaboração de estudos técnicos prévios que comprovem a sustentabilidade econômica e financeira do empreendimento.
- (E) As PPPs podem ser utilizadas para qualquer objeto contratual, incluindo a execução direta de funções típicas de Estado, como poder de polícia, regulação, julgamento administrativo e atividade fiscalizatória.

Questão 48

A Constituição Federal estabelece princípios e limitações materiais, formais e circunstanciais ao poder de tributar, assegurando equilíbrio entre arrecadação estatal e proteção dos direitos fundamentais.

Considerando o regime constitucional da tributação e do orçamento, assinale a alternativa correta.

- (A) A anterioridade tributária impede que a União institua impostos extraordinários de guerra, ainda que declarada a situação bélica, pois tais impostos devem observar obrigatoriamente o prazo de 90 dias após sua criação.
- (B) O princípio da legalidade tributária admite que a Administração Pública atualize a base de cálculo de tributos por meio de decreto, quando tal atualização resultar em aumento real da carga tributária, desde que motivada por necessidade fiscal comprovada.
- (C) A imunidade recíproca impede que União, estados e municípios institua impostos uns sobre o patrimônio, renda ou serviços dos demais entes, excetuando-se as atividades econômicas desenvolvidas pelos entes federados em regime de concorrência.
- (D) A vedação ao confisco aplica-se exclusivamente aos impostos, não alcançando taxas ou contribuições de melhoria, uma vez que estas possuem natureza contraprestacional e, portanto, justificam elevação ilimitada de seus valores.
- (E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias pode autorizar o Poder Executivo a criar ou majorar tributos mediante remanejamento orçamentário, desde que haja previsão expressa na Constituição Federal e justificativa de interesse público relevante.

Questão 49

O modelo constitucional brasileiro adota a separação de Poderes em interação permanente, com mecanismos de freios e contrapesos destinados a evitar concentração de autoridade e assegurar o equilíbrio institucional.

Considerando esse sistema, podemos afirmar que:

- (A) a nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República, submetida à aprovação prévia do Senado Federal, representa mecanismo de freio e contrapeso que combina competências executivas e legislativas no processo de composição do Judiciário.
- (B) a sustação de atos normativos do Executivo pelo Congresso Nacional, quando exorbitem do poder regulamentar, constitui instrumento típico de controle legislativo sobre o Judiciário, exercido sem necessidade de provocação.
- (C) a possibilidade de o Presidente da República editar medidas provisórias, com força de lei, configura controle legislativo sobre o Executivo, pois a aprovação automática do Congresso Nacional funciona como mecanismo de limitação política.
- (D) o julgamento do Presidente da República por crime comum é competência exclusiva da Câmara dos Deputados, que exerce controle jurisdicional sobre o Chefe do Executivo, declarando-o culpado ou inocente.
- (E) o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União é considerado mecanismo de freio do Judiciário sobre o Executivo, pois suas decisões vinculam a administração pública e têm força equivalente às decisões judiciais definitivas.

Questão 50

A Constituição Federal de 1988 integra o conjunto das Constituições rígidas e analíticas, possuindo elementos estruturais que expressam valores fundamentais, organização do Estado e garantias dos direitos individuais e coletivos.

Considerando as teorias constitucionais clássicas e contemporâneas, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo Ferdinand Lassalle, a Constituição deve ser compreendida essencialmente como norma jurídica suprema, dotada de força vinculante e superioridade hierárquica, razão pela qual sua efetividade depende exclusivamente da estrutura normativa prevista no texto.
- (B) De acordo com Carl Schmitt, a Constituição é um documento que reúne todas as normas constitucionais, incluindo regras organizacionais secundárias e dispositivos transitórios, pois somente assim expressa a totalidade da ordem jurídica estatal.
- (C) A Constituição Federal de 1988, por ser classificada como semirrígida, admite que parte de suas normas seja alterada por procedimento legislativo ordinário, desde que não envolva cláusulas pétreas ou direitos fundamentais.
- (D) Para Konrad Hesse, a força normativa da Constituição resulta da tensão entre a dimensão jurídica e a realidade social, o que implica reconhecer que a Constituição somente se efetiva quando há correspondência entre suas normas e a atuação concreta dos poderes públicos e da sociedade.
- (E) Os elementos orgânicos da Constituição dizem respeito aos direitos e garantias fundamentais, enquanto os elementos limitativos disciplinam a estrutura do Estado, a forma de governo e a organização dos poderes.